



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação transitória**

#### **a) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados**

A transição do normativo anterior (POCAL) para as NCP teve as seguintes implicações:

Foram reclassificados Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento nos termos da NCP8;

Foi corrigido um ativo classificado anteriormente como Ativo Fixo Tangível para Ativo Intangível no valor de 5.808,40€, nos termos da NCP3;

Foi efetuado o ajustamento das participações financeiras de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial, nos termos da NCP23; Este ajustamento é anulado para efeitos de consolidação de contas nos termos da NCP 22.

As operações específicas da Administração Pública passam a ter uma rubrica própria;

Os acréscimos de proveitos e os acréscimos de gastos passam a ser consideradas rubricas de Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar, respetivamente;

As transferências de capital e os subsídios ao investimento foram reclassificados para a rubrica "Outras variações do património líquido", quando no normativo anterior constavam na demonstração de resultados como rendimentos do exercício e no passivo como "Proveitos diferidos", respetivamente;

#### **b) Reconciliação do Património Líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido de acordo com o SNC-AP, entre a data de transição para o SNC-AP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores**

Os principais ajustamentos ocorridos no património líquido, decorrentes da transição para o SNC-AP, foram reconhecidos na rubrica 564.

b1) Atualização do cadastro e vida útil dos edifícios e outras construções, quer se tratem de ativos fixos tangíveis, quer de propriedades de investimento, face às disposições do SNC-AP, conforme Portaria nº 189/2016, de 14 de julho.





b2) Com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, foram efetuados ajustamentos nas participações da Cooperativa Ponte Norte e da EIRSU (NCP23); Estes ajustamentos são anulados para efeitos de consolidação de contas nos termos da NCP 22.

b3) As transferências e subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos, transferências e subsídios para aquisição de subsídios não depreciables e outras transferências e subsídios de capital são considerados como componente do património (NCP14).

**c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período**

O Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo um imposto cuja cobrança em 2020 corresponde ao valor devido em 31/12/2019 é considerado rendimento do ano anterior, segundo as NCP.

**d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP**

Não aplicável.

**e) Distinção, nas reconciliações das alíneas b) e c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores;**

Não aplicável.

**f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP são (ou não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas**

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas pelo Município de Ribeira Grande de acordo com o SNC-AP.





## Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

### 1.1 – Entidade mãe incluída na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs
					Direto	Indireto	
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro	Administração Local					a)

a) Entidade-mãe obrigada a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no artigo 75º do RFALEI e NCP 22

### 1.2 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital	Obs
EIRSU - Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	Municípios de Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo	33,33%	b)
A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvol. Ribeira Grande, CRL	Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 36, Vila de Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Ensino, na vertente de formação técnica ou profissional; promoção e apoio a atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e, em geral, a tudo o que disser respeito ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande	Município de Ribeira Grande; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande; Associação Agrícola de S. Miguel; Associação Empresarial da Ribeira Grande; Associação de Turismo da Ribeira Grande; Cooperativa Agrícola Costa Norte; Cooperativa Ecos do Norte e Clube Naval de Rabo de Peixe	44%	c)

b) Acordo conjunto; Consolidação proporcional nos termos da NCP24; c) Controlo; Consolidação integral nos termos da NCP 22

### 1.3- Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:





Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2020	2019
Caixa	1 466,40	661,12
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	3 413 166,62	2 484 781,86
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	107 428,82	746 733,91
Depósitos consignados	1 681 162,55	163 200,00
Depósitos de garantias e cauções	78 113,57	69 437,02
Total	5 281 337,96	3 464 813,91

**Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

*Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento*

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes.

*Participações financeiras*

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo. Caso exista influência significativa as mesmas estão mensuradas pelo método da equivalência patrimonial.

*Depreciações e amortizações*

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

*Contas a receber*





As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

### *Inventários*

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

### **Nota 3 - Ativos intangíveis**

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade de Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
<b>Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	1 573 853,85	325 539,23	0,00	1 248 314,62	1 574 128,21	279 580,21	0,00	1 294 548,00
Programas de computador e sistemas de informação	44 041,01	26 523,61	0,00	17 517,40	287 706,13	259 089,51	0,00	28 616,62
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	552 909,19	440 996,07	0,00	111 913,12
Outros	658 158,30	541 368,01	0,00	116 790,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	17 638,64	0,00	0,00	17 638,64	17 638,64	0,00	0,00	17 638,64
<b>TOTAL</b>	<b>2 293 691,80</b>	<b>893 430,85</b>	<b>0,00</b>	<b>1 400 260,95</b>	<b>2 432 382,17</b>	<b>979 665,79</b>	<b>0,00</b>	<b>1 452 716,38</b>

### **Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental. Estes contratos referem-se somente ao Município de Ribeira Grande.





Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
30-04-2013; adenda 30-04-2018	TukáTulá, Lda.	Bar Restaurante Areal Santa Bárbara	5 anos podendo ser renovado por mais 6 meses e períodos sucessivos de 1 mês caso não ocorra a adjudicação da nova concessão	40 447,62	0,00	0,00	0,00
08-06-2016; Cessão datada de 17-10-2016	Paulo Jorge Barcelos Bettencourt Silva; Dreampotencial, Lda.	Bar Restaurante Piscinas das Poças	5 anos com possibilidade de prorrogação por 2 períodos anuais	34 153,82	0,00	0,00	0,00
01-08-2016; Cessão datada de 08-06-2017	Precious Serenity, Lda.; Verde Similar Termas Unipessoal, Lda.	Termas Caldeiras da Ribeira Grande	5 anos com possibilidade de prorrogação por 2 períodos anuais	45 538,42	0,00	0,00	0,00
02-11-2018	Datared, S.A.	Zonas de estacionamento tarifado	15 anos com possibilidade de prorrogação por 5 períodos anuais	742 144,00	0,00	0,00	0,00

## Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da quantia escritura dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	2 802 389,86	11 270,14	0,00	2 791 119,72	545 240,85	0,00	0,00	545 240,85
Terrenos e recursos naturais			0,00	0,00	8 819 942,73	4 033 446,57	0,00	4 786 496,16
Edifícios e outras construções	79 137 504,83	7 516 331,56	0,00	71 621 173,27	102 412 881,82	15 709 658,25	0,00	86 703 223,57
Infraestruturas	86 149,16	39 340,24	0,00	46 808,92	118 241,89	7 177,79	0,00	111 064,10
Património histórico, artístico e cultural	2 400 480,30	999,76	0,00	2 399 480,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 031 619,14	0,00	0,00	1 031 619,14	2 163 399,57	0,00	0,00	2 163 399,57
Bens de domínio público em curso	85 458 143,29	7 567 941,70	0,00	77 890 201,59	114 059 706,86	19 750 282,61	0,00	94 309 424,25
Outros ativos fixos tangíveis	4 141 417,05	70 867,53	0,00	4 070 549,52	3 133 729,12	79 542,69	0,00	3 054 186,43
Terrenos e recursos naturais	85 630 715,85	17 742 888,38	0,00	67 887 827,47	74 012 669,90	14 789 069,66	0,00	59 223 600,24
Edifícios e outras construções	961 368,09	813 834,94	0,00	147 533,15	2 454 080,28	2 045 957,61	0,00	408 122,67
Equipamento básico	1 626 721,58	1 274 292,16	0,00	352 429,42	2 380 623,54	1 870 233,22	0,00	510 390,32
Equipamento de transporte	3 090 674,38	2 814 248,71	0,00	276 425,67	2 160 540,54	1 969 664,49	0,00	190 876,05
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	1 130 255,56	1 015 682,90	0,00	114 572,66	725 117,55	586 343,69	0,00	138 773,86
Outros	247 909,97	0,00	0,00	247 909,97	1 079 207,37	0,00	0,00	1 079 207,37
Ativos fixos tangíveis em curso	96 829 062,48	23 731 814,62	0,00	73 097 247,86	85 945 968,30	21 340 811,36	0,00	64 605 156,94
<b>TOTAL</b>	<b>182 287 205,77</b>	<b>31 299 756,32</b>	<b>0,00</b>	<b>150 987 449,45</b>	<b>200 005 675,16</b>	<b>41 091 093,97</b>	<b>0,00</b>	<b>158 914 581,19</b>





## Nota 6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais.

### 6.1 Locações Financeiras

A quantia escriturada líquida, dos bens em regime de locação financeira à data, para cada categoria de ativo, detalha-se da seguinte forma:

Locações Financeiras	dez-20	dez-19
Edifícios e outras construções	11 624 106,50	0,00

### 6.2 Locações Operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados.

A quantia escriturada líquida, dos bens em regime de locação operacional à data, para cada categoria de ativo, detalha-se da seguinte forma:

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamentos informático e de telecomunicações	70 791,65	26 764,48	0,00	45 438,98	0,00	18 375,06	0,00	0,00	18 375,06	0,00
Edifícios e outras construções	75 000,00	15 044,62	0,00	23 794,62	0,00	15 251,28	30 502,56	0,00	45 753,84	0,00
Total	145 791,65	41 809,10	0,00	69 233,60	0,00	33 626,34	30 502,56	0,00	64 128,90	0,00

## Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 o detalhe da rubrica de financiamentos obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:





Designação	dez/20	dez/19
<b>Empréstimos bancários</b>		
Passivo corrente	1 023 930,83	44 000,00
Passivo não corrente	9 468 049,60	8 739 210,02
<b>Total</b>	<b>10 491 980,43</b>	<b>8 783 210,02</b>

### Nota 8 - Propriedades de investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituras no início e no final do período, em propriedades de investimento:

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	1 086 445,83	0,00	0,00	1 086 445,83
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	144 367,10	9 783,47	0,00	134 583,63
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 230 812,93</b>	<b>9 783,47</b>	<b>0,00</b>	<b>1 221 029,46</b>

### Nota 10 - Inventários

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da rubrica de inventários consolidados é o seguinte:

#### 10.1 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	573 784,22	0,00	573 784,22
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>573 784,22</b>	<b>0,00</b>	<b>573 784,22</b>







## 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	361 096,37	635 040,52	415 771,96	0,00	0,00	0,00	12 037,17	5 456,46	573 784,22
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	361 096,37	635 040,52	415 771,96	0,00	0,00	0,00	12 037,17	5 456,46	573 784,22

## Nota 23 – Outras divulgações

### 23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos	dez/20		dez/19	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento	586,43	0,00	565,03	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	34 081,93	0,00	27 269,91
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 701,77	0,00	2 115,00	16 524,46
Outros impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	58 124,57	0,00	43 238,65
Tributos das Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Tributações	0,00	272,88	0,00	40,00
<b>Total</b>	<b>4 288,20</b>	<b>92 479,38</b>	<b>2 680,03</b>	<b>87 073,02</b>





### 23.2 – Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica Outras Contas a Receber e a Pagar detalham-se da seguinte forma:

Outras Contas a Receber e Pagar	dez/20	dez/19
<b>Saldo a receber</b>	<b>5 813 162,31</b>	<b>2 593 214,58</b>
Devedores por transferências e subsídios	536 897,09	0,00
Clientes c/c	513 212,92	497 794,64
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Adiantamentos pessoal	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Devedores e credores por contratos de concessão	0,00	0,00
Devedores e credores por acrescimo	3 010 255,90	483 165,11
Outros devedores e credores	1 752 796,40	1 612 254,83
<b>Saldo a pagar</b>	<b>1 360 380,90</b>	<b>1 311 462,27</b>
Fornecedor c/c	63 437,40	61 483,38
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Fornecedores investimento	21 635,62	113 170,69
Devedores e credores por acrescimo	1 113 090,08	1 026 651,53
Credores por subscrição não libertadas	0,00	0,00
Cauções	78 113,57	69 437,02
Outros devedores e credores	84 104,23	40 719,65

### 23.3 – Réditos

O montante dos réditos reconhecidos durante o período, é proveniente de:





Descrição	dez/20	dez/19
Impostos diretos	3 419 912,73	4 071 058,09
Impostos indiretos	1 125 469,54	66 324,99
Taxas, multas e outras penalidades	131 811,85	68 706,63
Mercadorias	1 662,05	12 502,57
Produtos acabados e intermédios	2 291 989,45	2 490 020,02
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
Prestações serviços	1 333 886,65	1 852 782,08
Trabalhos para a propria entidade	135 573,47	72 077,18
Transferências correntes obtidas	10 367 170,66	11 224 906,61
Subsidios correntes	1 195 239,34	441 612,98
Outras transferências e subsidios obtidos	0,00	0,00
Total	20 002 715,74	20 299 991,15

#### 23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da conta de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) referente a 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:





Descrição	dez/20	dez/19
Subcontratos	264 436,00	170 754,76
Serviços de saúde	15 694,00	0,00
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos	1 118 198,32	1 129 179,02
Outros subcontratos ou concessões	255 033,39	0,00
Trabalhos especializados	715 567,97	583 377,50
Publicidade, comunicação e imagem	149 826,82	107 707,28
Vigilância e segurança	199 329,72	314 429,23
Honorários	405 934,34	348 328,22
Comissões	109 332,15	109 267,07
Conservação e reparação	320 982,58	514 945,75
Materiais de consumo	77 644,78	32 504,02
Energia e fluidos	482 454,42	528 146,06
Deslocações, estadas e transportes	38 986,40	89 415,26
Rendas e alugueres	118 849,23	1 339 805,59
Comunicação	93 733,46	77 562,44
Seguros	44 586,80	40 606,89
Contencioso e notariado	9 855,56	9 187,95
Limpeza, higiene e conforto	33 856,30	2 542,61
Outros serviços	654 628,16	1 925 408,09
Total	<b>5 108 930,40</b>	<b>7 323 167,73</b>

### 23.5 – Gastos com o Pessoal

No final de dezembro de 2020 o detalhe da conta de Gastos com o Pessoal, foi o seguinte:





Gastos com o Pessoal	dez/20	dez/19
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania	243 646,87	191 542,54
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	4 923 233,19	4 056 893,55
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	1 208 878,92	839 872,29
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	84 675,57	90 791,28
Outros gastos com o pessoal	134 848,70	129 532,12
Outros encargos sociais	54 107,46	0,00
Total	6 649 390,71	5 308 631,77

#### Nota 24 – Impacto COVID 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o Covid-19 é uma pandemia, tendo Portugal declarado o Estado de Emergência. Em consequência, o Município de Ribeira Grande adotou medidas de resposta contidas nas contas de 2020, conforme mapa de despesa que se anexa.

Decorrente destes factos o Grupo Público Municipal continuará a adotar as medidas necessárias de resposta à pandemia. Contudo, não consegue estimar os impactos dessas medidas no exercício de 2021.

#### Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

